

Brasil paga parte dos juros...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

segundo cálculos técnicos a capacidade de pagamento de 1991. Para a ministra "vamos esperar março para ver".

A iniciativa brasileira tem como objetivo neutralizar parte das pressões internacionais sobre a negociação externa, baseada na tese de que o País pode mas não quer pagar. "Na verdade, queremos pagar

mas não podemos pagar integralmente", argumentou Maria Sílvia Bastos. Com isso, espera-se desobstruir as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e recomeçar, no início de 1991, a montagem de um novo acordo "stand-by" junto ao fundo. E, a partir daí, renegociar com o Clube de Paris.

A decisão foi inspirada no modelo adotado pelo governo argentino, que começou a pagar cerca de US\$ 40 milhões mensais aos ban-

cos credores, fez um acordo com o FMI e está até hoje conversando com o comitê dos bancos.

A ministra da Economia afirmou que, mesmo que os bancos credores não concordem, os 30% dos juros vencidos de janeiro a março serão depositados à conta dos credores, como uma decisão unilateral do País.

Sobre a resolução do Senado Federal, que foi aprovada ontem e que fixa os parâmetros para a nego-

ciação externa, a ministra disse que ela não representa constrangimentos ao Executivo. "Absolutamente, a resolução não atrapalha. Ela foi amplamente discutida e não há nenhum inconveniente em consultar o Senado da República." Se forem necessárias consultas para pagamentos de juros atrasados, no período de recesso parlamentar, Zélia Cardoso de Mello respondeu: "Fazemos consultas aos senadores, por telefone".

Brasil paga parte dos juros de 1991

por Claudia Safatle
de Brasília

A partir de janeiro e até 31 de março do próximo ano, o governo brasileiro pagará aos bancos credores internacionais a quantia de US\$ 489 milhões — correspondente a 30% dos juros que vencem nesse primeiro trimestre de 1991. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, explicou ontem que essa decisão do governo foi comunicada pelo embaixador Jório Dauster, negociador da dívida externa, ao comitê assessor dos bancos, na tarde de ontem, em reunião em Nova York.

Os juros atrasados, que somam cerca de US\$ 9 bilhões (de junho de 1989 a dezembro de 1990), continuarão sendo objeto de negociação entre o governo e os bancos, assim como a proposta de troca de dívida velha por títulos novos, com o alongamento dos vencimentos do principal da dívida.

A dívida externa sob responsabilidade do setor privado poderá, como informou a ministra da Economia, começar a ser paga a partir do dia 2 de janeiro integralmente. Como há uma divergência entre as cifras apresentadas pelos credo-

res privados e os dados de registro no Banco Central (BC), os pagamentos do setor privado só serão efetivamente realizados no momento em que houver uma "conciliação" dos dados, explicou a coordenadora da área externa do Ministério da Economia, Maria Sílvia Bastos Marques. As dívidas do setor privado, do ponto de vista dos bancos credores, estão num patamar inferior aos registros do BC, em função das conversões informais ocorridas no passado recente.

Essa foi a alternativa do governo brasileiro para fazer avançar a negociação externa, paralisada desde 19 de novembro passado. "É uma posição que demonstra a vontade do governo de normalizar as relações com a comunidade financeira internacional", assinalou a ministra. "Respeitados os princípios — da capacidade de pagamento do País e de não pagar dívida externa com inflação —, o Brasil fez todos os esforços, tudo ao seu alcance, para chegar a um bom termo.

Não foi possível chegar a um acordo sobre os juros atrasados. Há, ainda, uma grande distância entre o que os credores querem e o que o País quer", disse.

A decisão de suspender temporariamente a moratória e pagar 30% dos juros que vencem entre janeiro e março é apenas uma variação da proposta original do governo brasileiro aos bancos, que no bojo de um acordo sobre os atrasados havia sugerido pagar 25% dos juros vencidos no primeiro trimestre de 1991, convertendo os 75% restantes em bônus com taxas de juros crescentes e prazos de resgate de quinze anos. Segundo explicou Maria Sílvia Bastos, se os bancos desejarem fazer a conversão dos 70% dos juros vencidos nesse período, nos bônus ofertados, eles poderão fazer. Se não, como disse a ministra da Economia, "eles entram na conta dos atrasados".

Marcar março como o mês final para os pagamentos, segundo explicou a ministra, deve-se ao fato de o próprio comitê de bancos ter sugerido 31 de março como uma data-referência para se chegar a um acordo externo. Se não for possível fechar um acordo até março — o que é mais provável —, o País pode continuar pagando 30% dos juros vencidos mês a mês, que representariam

(Continua na página 24)